

Os valores monetários estão expressos em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

No primeiro trimestre de 2026, a MGI manteve sua atuação firme na gestão de ativos e na execução de sua estratégia institucional, mesmo em um cenário desafiador, marcado pela redução estrutural do estoque de ativos de maior liquidez e pela persistência de custos financeiros relevantes.

A receita operacional líquida totalizou R\$ 38,2 milhões, apresentando retração em relação ao mesmo período do exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, da redução significativa das receitas oriundas da recuperação de créditos, reflexo de eventos não recorrentes registrados em 2025, especialmente a alienação de ativos relevantes naquele exercício. Por outro lado, destaca-se o desempenho positivo das participações acionárias, com crescimento nas receitas provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio, evidenciando a importância estratégica desse portfólio para a geração de valor da Companhia.

No campo operacional, a MGI seguiu avançando em sua missão de gestão eficiente de ativos públicos. Os repasses ao Estado de Minas Gerais provenientes da recuperação de créditos apresentaram evolução relevante em relação ao mesmo período de 2025, assim como os valores decorrentes da alienação de imóveis. Tais resultados reforçam o papel da Companhia como agente fundamental na administração e desmobilização de ativos públicos, contribuindo para a geração de receitas ao Estado.

Em relação à carteira de Direitos de Crédito Autônomos, observou-se crescimento do saldo nominal, aliado a uma performance positiva nas recuperações realizadas no período. A Companhia mantém sua política de avaliação prudente desses ativos, com ajustes periódicos de valor justo e reconhecimento de perdas, assegurando aderência às normas contábeis e transparência na divulgação de resultados.

Apesar dos avanços operacionais, o desempenho econômico-financeiro segue impactado pelos elevados encargos financeiros, especialmente aqueles associados aos instrumentos de hedge vinculados à quinta emissão de debêntures. Esses custos, que representam a maior parcela das despesas da Companhia, continuam sendo o principal fator a pressionar os resultados operacionais, resultando em prejuízo no período.

Ainda assim, a Companhia mantém rigor na gestão de suas obrigações financeiras, cumprindo integralmente os compromissos assumidos, ao mesmo tempo em que adota práticas conservadoras na alocação de recursos financeiros, garantindo liquidez e eficiência na gestão de caixa.

O LAJIDA e o LAJIDA ajustado permaneceram negativos no período, refletindo não apenas o impacto das despesas financeiras, mas também ajustes contábeis relevantes que não afetam diretamente a geração de caixa. Esses indicadores evidenciam os desafios estruturais enfrentados, mas também reforçam a importância da leitura integrada das demonstrações financeiras para uma adequada compreensão do desempenho da Companhia.

Ressalte-se que, não obstante o resultado negativo apurado no primeiro trimestre de 2026, a Companhia realizou o repasse de R\$ 4,95 milhões ao acionista controlador, na qualidade de ex-acionista do BEMGE. Tal montante

decorre da recuperação de créditos da carteira do referido banco, extinto, referente ao segundo semestre de 2025, evidenciando a capacidade contínua da MGI de gerar valor por meio da gestão e liquidação de ativos históricos.

A MGI segue comprometida com a execução de sua estratégia de atuação, centrada na otimização da gestão de ativos, na ampliação de parcerias com o Estado e demais entes públicos e na busca contínua por maior eficiência operacional. A administração permanece confiante de que essas iniciativas contribuirão para a geração de resultados sustentáveis no médio e longo prazo.

Por fim, a Diretoria Executiva reafirma seu compromisso com a transparência, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e a criação de valor para o acionista controlador, mantendo o foco na superação dos desafios atuais e na consolidação do papel estratégico da Companhia.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/03/2026	31/03/2025	Variação (%)
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	717	95	655
Rec. Créditos MGI - Imóveis adjudicados vendidos	20	33.839	(100)
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	-	-	-
Total Ativos MGI	737	33.934	(98)
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	297	175	70
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	2.967	-	-
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	3.264	175	1.765
Bens Imóveis de Terceiros	-	482	-
Total Ativos de Terceiros	-	482	-

**Critérios utilizados para as informações:*

Ativos MGI: Data do reconhecimento da receita

Ativos Estado de Minas Gerais/Terceiros: Data do repasse

No primeiro trimestre de 2026, a recuperação de créditos em liquidação da carteira da MGI, oriundos dos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, totalizou R\$717. Esse valor representa um aumento de 655% em relação ao mesmo período de 2025, quando a arrecadação foi de R\$95. A Companhia recebeu dois alvarás em fevereiro (R\$233) e março (R\$301) de 2026 que impulsionaram essa variação.

A arrecadação referente aos imóveis próprios da MGI, incluindo aqueles incorporados da EMIP, atingiu R\$20 em 31 de março de 2026. Esse montante representa um decréscimo de praticamente 100% comparado ao mesmo período de 2025, quando a arrecadação alcançou R\$33.839, impulsionado, principalmente, pela venda do imóvel “Raja”, no valor de R\$33.818.

Por meio de contratos firmados com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), a Companhia também desempenha um

papel fundamental na gestão dos ativos recepcionados pelo Estado, decorrentes da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos bancos BEMGE e CREDIREAL. Além disso, atua na alienação de bens imóveis não operacionais pertencentes ao Estado.

No primeiro trimestre de 2026, no âmbito dos contratos firmados, a MGI repassou ao Estado R\$297 provenientes da recuperação de créditos em liquidação. Esse montante foi superior em 70% em relação ao mesmo período de 2025, quando o repasse totalizou R\$175.

A recuperação de créditos apresenta uma tendência de queda, decorrente da redução do estoque disponível e do tempo decorrido. Dado que os empréstimos foram concedidos há mais de 30 anos, somam-se desafios como a ausência de bens penhoráveis ou garantias e a baixa liquidez de parte dos imóveis. Ainda assim, a MGI considera relevantes os valores arrecadados nesse processo e segue empenhada na recuperação de créditos em liquidação, mantendo seus esforços contínuos para otimizar os resultados.

Em relação à venda de imóveis, no primeiro trimestre de 2026, a MGI repassou ao Estado o montante de R\$2.967. No mesmo período do ano anterior não houve repasse. O recurso é transferido ao Contratante apenas após a conclusão de todas as etapas do processo de alienação, incluindo o recebimento integral do valor. Por essa razão, em alguns casos, o repasse não ocorre no mesmo trimestre da venda.

Dando continuidade à estratégia de expansão na desmobilização de ativos da administração pública direta e indireta do Estado, a MGI tem buscado com êxito firmar novos contratos para a venda de imóveis. No período em análise de 2026, não houve conclusão de vendas. No mesmo período de 2025, o montante totalizou R\$482. Importante informar que alguns desses contratos, diferentemente do que ocorre com o celebrado com o Estado, permitem ao arrematante pagar o valor de forma parcelada e/ou integral ao(s) Contratante(s). Dessa forma, nem todo recurso financeiro arrecadado com as vendas transita pela MGI.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de março de 2026, a Companhia detém um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber no valor de R\$60.042, comparado a R\$50.286 em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de aproximadamente 19%.

No período encerrado em 31 de março de 2026, foram contabilizados R\$1.216 em variação monetária ativa, enquanto os valores recebidos totalizaram R\$3.095, comparados aos R\$2.321 registrados em 31 de março de 2025. Isso representa um aumento de 33%, reflexo comum nesse tipo de carteira, que está vinculada a dívidas de contribuintes do Estado de Minas Gerais.

A Companhia realiza a apuração trimestral do valor justo e do impairment da carteira. Esse tipo de ajuste é realizado conforme as normas contábeis, que exigem que as empresas ajustem seus ativos para refletir de maneira mais precisa seu valor recuperável. Considerando os efeitos dessa avaliação, o saldo de Direitos de Crédito Autônomos é de R\$11.866 em 31 de março de 2026, contra R\$17.087 em 31 de dezembro de 2025.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de março de 2026, a Companhia possui obrigações decorrentes da quinta emissão de debêntures.

No período analisado, a Companhia registrou custos de R\$13.534 referentes a juros e à amortização do custo da transação das debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$14.010. Com a redução do saldo devedor, base para cálculo do encargo com debêntures, e o corte na taxa Selic, observamos uma pequena redução no custo neste trimestre, o que provavelmente irá acentuar a medida em que os próximos trimestres vão encerrando.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

Pagamentos Efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	30.644	24.076	54.720
Total	30.644	24.076	54.720

(a) Debêntures de Quinta Emissão

Tendo como referência 31 de março de 2026, a MGI possui um saldo de R\$322.143 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Neste período foram pagas parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$30.644 e R\$24.076, respectivamente.

Além disso, vinculada à Quinta Emissão, a Companhia mantém contratos de opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4, celebrados com o objetivo de constituir um instrumento de hedge. Essa estratégia visa proteger a Companhia contra eventuais quedas no valor das ações, que representam uma das garantias das debêntures emitidas. Os encargos financeiros com as opções representam o maior custo da Companhia.

Participações Acionárias

A Companhia detém participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdaul.

Os investimentos em participação acionária geraram receitas de R\$39.551 no período analisado, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas registraram um crescimento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizaram R\$32.644. Essa variação decorre, principalmente, do aumento dos valores pagos por ação nos proventos.

Convênios

No exercício de 2026, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem acompanhando e cobrando a regularização cadastral dos convenientes que ainda não receberam o repasse de

parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores. Esta regularização é de responsabilidade do conveniente e não depende de ações da Companhia e a sua falta é impeditiva para o repasse.

No período encerrado em 31 de março de 2026, a MGI apurou um rendimento de R\$370 relacionado ao repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, por meio da prestação de contas. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas relativas a convênios já encerrados, que somaram R\$6.558 no período, a variação líquida foi negativa em R\$6.188. Dessa forma, o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.190.630 em 31 de dezembro de 2025 para R\$1.184.442 em 31 de março de 2026.

	31/12/2025	Movimentação			31/03/2026
	Saldo final	Rendimentos	Devoluções	Repasse / Gastos com Fisc. Monit.	Saldo final
Secretarias					
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.128	-	(3)	-	5.125
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.903	-	-	-	1.903
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.714	-	(2)	-	89.712
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.618	-	-	-	14.618
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.120	-	-	-	20.120
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	1.015.843	370	(6.548)	-	1.009.665
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.404	-	(5)	-	34.399
Sec. Est. Governo – SEGOV	5.300	-	-	-	5.300
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.190.630	370	(6.558)	-	1.184.442

Os recursos repassados, provenientes dos aportes de capital realizados pelo acionista controlador, o Estado de Minas Gerais, foram destinados a uma série de obras voltadas para a melhoria da infraestrutura municipal. Esses investimentos incluem obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuárias, além da recuperação e manutenção de rodovias, entre outros projetos essenciais.

As Secretarias Intervenientes têm a responsabilidade de realizar a análise prévia das prestações de contas, emitindo os pareceres técnico e financeiro correspondentes.

Adicionalmente, cabe a essas Secretarias a realização de vistorias in loco nos objetos conveniados. Caso não seja comprovado o cumprimento do objeto conveniado, as contas serão reprovadas, o que, como regra, resulta na impossibilidade do conveniente de receber novos repasses voluntários. Além disso, será instaurada uma Tomada de Contas Especial.

Após a conclusão das análises pelas Secretarias Intervenientes, os convênios são enviados à MGI para uma análise financeira conclusiva e para o julgamento final.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de março de 2026, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	54	27.423
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	612	410.272
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	136	569.960
Decididos como aprovados ou aprovados com ressalva	660	212.797
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	19	21.505
Aguardando decurso de prazo para apresentação	22	19.758
Reprovada	1	350
Enviado para baixa contábil – convênio anteriormente em tomada de contas especial	2	450

Extinto sem repasse de recurso	15	-
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.262.515
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		202
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		9.757
(+) Correção monetária de Convênio – Medida Judicial		100
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas		(88.132)
(=) Saldo de Convênios em 31/03/2026		1.184.442

A Companhia realiza notificações periódicas às Secretarias Intervenientes, solicitando informações sobre a apresentação das prestações de contas e o andamento das análises das contas já submetidas. Adicionalmente, a Companhia notifica de forma contínua os convenientes em relação às prestações de contas pendentes, adotando todas as medidas necessárias relativas à essas pendências, conforme estabelecido pela legislação vigente e em conformidade com as obrigações previstas na governança dos convênios.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/03/2026	31/03/2025	Variação (%)	Análise Vertical 2026 (%)
Receita de participação acionária	39.551	32.644	21	104
Recuperação de Créditos	737	33.934	(98)	2
Variação monetária ativa	1.216	1.290	(6)	3
Prestação de serviços	441	465	(5)	1
Receitas de vendas de imóveis	-	-	-	-
PIS/COFINS/ISS	(3.776)	(5.894)	(36)	(10)
TOTAL	38.169	62.439	(39)	100

No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia registrou uma Receita Operacional Líquida de R\$38.169, uma redução de 39% em comparação com os R\$62.439 alcançados no mesmo período do ano anterior.

O decréscimo da Receita Operacional Líquida nos períodos comparados decorreu principalmente da receita de recuperação de créditos, que registrou uma redução significativa de 98% em relação ao mesmo período do exercício precedente, influenciada pela expressiva venda de um imóvel no primeiro trimestre de 2025(R\$33.818) atrelado a um crédito em liquidação da carteira BEMGE.

Há de se destacar a variação positiva da receita de participação acionária da Cemig, que, com a deliberação de dividendos e juros sobre capital próprio no primeiro trimestre de 2026 de R\$ 0,2300 por ação (contra R\$ 0,1891 no mesmo período ano anterior), contribuiu para um aumento de 21%.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/03/2026	31/03/2025	Variação (%)	Análise Vertical 2026 (%)
Encargos financeiros com opções	148.036	116.096	28	91
Juros sobre debêntures	13.534	14.010	(3)	8
Obrigações por repasse	48	24.352	(100)	-
Pessoal	925	867	7	1
Serviços de terceiros	197	3.661	(95)	-
Custos dos imóveis vendidos	-	-	-	-
Amortização de custos de transação	101	101	-	-
Custas judiciais	111	355	(69)	-
Demais custos	19	151	(87)	-
CUSTO TOTAL	162.971	159.593	2	100

Em 31 de março de 2026, o custo operacional totalizou R\$162.971, representando um aumento de 2% em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando foi de R\$159.593.

Os custos mais relevantes foram:

- **(i) Encargos financeiros com opções (91% do custo total):** Totalizaram R\$148.036, um aumento de 28% em relação ao ano anterior. Esse incremento decorreu das liquidações das tranches de opções de compra no período, influenciadas pelas deliberações de dividendos e JCP da Cemig em 2025, as quais reduziram o preço de exercício e aumentaram a quantidade de opções. O custo reflete a diferença entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções, sendo sensível às variações da cotação de CMIG4.
- **(ii) Juros sobre debêntures (8% do custo total):** Apresentaram uma redução de 3% em relação ao ano anterior, devido à diminuição do saldo da dívida e redução da taxa básica de juros, base para o cálculo do custo.

Resultado Operacional Bruto

No período até 31 de março de 2026, a Companhia apresentou um resultado operacional bruto negativo de R\$124.802, enquanto no mesmo período do exercício anterior o resultado foi negativo em R\$97.154.

A redução de 39% na Receita Operacional, impulsionado pelo decréscimo de 98% na receita de recuperação de créditos, suavizado pelo aumento de 21% na receita de participação acionária, não foi suficiente para cobrir os custos da Companhia.

O Custo Operacional aumentou 2% no período, influenciado principalmente pelos encargos financeiros com opções.

O elevado valor dos custos da Companhia, principalmente ocasionado pelos encargos financeiros com opções flexíveis e juros sobre debêntures são responsáveis por recorrentes resultados operacionais negativos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 19%, de R\$11.117 em 31 de março de 2025 para R\$9.002 em 31 de março de 2026, em razão da utilização de recursos em aplicações financeiras para pagamento das opções flexíveis de compra em janeiro de 2026.

Apesar da redução, essa performance foi alcançada mediante um controle disciplinado dos recursos alocados em aplicações financeiras, especificamente em fundos referenciados em títulos públicos com rentabilidade anual indexada à taxa DI e custos administrativos reduzidos.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/03/2026	31/03/2025	Δh%
Resultado do Período	(77.051)	(94.625)	(19%)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	6.376	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(9.002)	(11.117)	(19%)
(+) Depreciação e Amortização	9	9	-
LAJIDA	(86.044)	(99.357)	(13%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(57.328)	(9.987)	474%
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	14.976	9.345	60%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	408	(124)	(429%)
(+) Provisão para Contingências	-	-	-
LAJIDA AJUSTADO	(127.988)	(100.123)	28%

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma métrica não contábil amplamente utilizada para avaliar a geração de caixa operacional de uma empresa. Esta medida é calculada pela companhia, sendo posteriormente conciliada com suas Demonstrações Financeiras, em conformidade com as disposições estabelecidas pela Instrução CVM nº 156, de 24 de junho de 2022. Em 31 de março de 2026, a MGI registrou um LAJIDA negativo de R\$86.044. No mesmo período do exercício anterior, o indicador foi negativo, totalizando R\$99.357.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 156, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).

- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.
- Provisão para perda com Direitos de Créditos Autônomos.
- Provisão para Contingências.

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$ 127.988 em 31 de março de 2026. No mesmo período do exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$ 100.123.

Portanto, percebe-se que no período em análise, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, o prejuízo líquido apresentado aumentou tanto no conceito de LAJIDA como no LAJIDA ajustado.

Resultado Líquido

O fator preponderante para o prejuízo líquido no valor de R\$77.051 auferido pela Companhia está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos encargos financeiros com opções flexíveis de ações.

Conforme se verifica no LAJIDA, o prejuízo no período reduziu, principalmente, devido ao ganho de ajuste a valor justo provocado pela devolução das ações emprestadas em janeiro de 2026. Este fator, amenizado pelo impairment dos direitos creditórios autônomos foi o fator responsável pelo aumento do resultado negativo apresentado no LAJIDA ajustado. A perda no valor recuperável dos direitos creditórios autônomos está vinculada à operação da cessão onerosa de carteira de créditos do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e sua variação deriva de variáveis exógenas à Companhia.

4. AUDITORIA

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

5. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2026
A Administração

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanço patrimonial

31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	MGI	
		31/03/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	129.035	141.116
Títulos e valores mobiliários	6	91.874	290.916
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	621.271	526.209
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	327	147
Tributos a compensar	9	29.669	19.926
Outras contas		217	158
Total do ativo circulante		872.393	978.472
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	692.874	806.039
Tributos a compensar	9	8.017	7.871
Depósitos judiciais	10	806	806
Imóveis para venda		1.378	1.378
Outros investimentos	11	1.058.767	778.267
Imobilizado		118	127
Total do ativo não circulante		1.761.960	1.594.488
Total do ativo		2.634.353	2.572.960

Passivo	Nota	MGI	
		31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores e outras contas a pagar		372	348
Salários e encargos sociais		1.633	1.569
Tributos a recolher	15	3.974	6.217
Opções flexíveis de compra	8	335.118	289.095
Debêntures	12	59.623	76.632
Obrigações por repasse	13	7.450	16.760
Total do passivo circulante		408.170	390.621
Opções flexíveis de compra	8	433.238	483.922
Debêntures	12	262.520	286.596
Obrigações por repasse	13	23.942	22.730
Provisão para demandas judiciais	14	12.926	12.927
Passivo fiscal diferido	15.b	185.659	119.548
Total do passivo não circulante		918.285	925.723
Total do passivo		1.326.455	1.316.344
Patrimônio líquido	17		
Capital social		1.573.664	1.573.664
Ações em tesouraria		(5)	(5)
Prejuízos acumulados		(627.746)	(550.695)
Ajuste de avaliação patrimonial		361.985	233.652
Total do patrimônio líquido		1.307.898	1.256.616
Total do passivo e patrimônio líquido		2.634.353	2.572.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados

31 de março de 2026 e 31 de março 2025

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

		MGI	
	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita	18	38.169	62.439
Custos	19	(162.971)	(159.593)
Resultado bruto		(124.802)	(97.154)
Despesas administrativas		(3.294)	(3.340)
Outras receitas (despesas), líquidas			
Perda/reversão na recuperação de direitos creditórios	7.c	(14.976)	(9.345)
Perda/reversão de participação societária	11	(408)	124
Resultado de ajustes a valor justo	21	57.328	9.987
Outras receitas (despesas)		99	362
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(86.053)	(99.366)
Receitas financeiras	20	9.198	11.121
Despesas financeiras	20	(196)	(4)
Receita (despesas) financeiras, líquidas		9.002	11.117
Resultado antes dos impostos		(77.051)	(88.249)
Impostos de renda	15	-	(4.677)
Contribuição social	15	-	(1.699)
		-	(6.376)
Resultado do período		(77.051)	(94.625)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)	17.e	(134,133)	(164,726)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

31 de março de 2026 e 31 de março 2025

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	MGI	
		31/03/2026	31/03/2025
Resultado do período		(77.051)	(94.625)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes		128.333	10.812
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	11	194.444	16.381
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15	(66.111)	(5.569)
Resultado abrangente total		51.282	(83.813)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Ações em tesouraria	Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
		Capital social	Reclassificações PPP's e convênios				
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.631.226	(2.057.562)	(5)	(488.937)	163.558	1.248.280
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(61.758)	-	(61.758)
Variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	106.203	106.203
Tributos s/variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	(36.109)	(36.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.631.226	(2.057.562)	(5)	(550.695)	233.652	1.256.616
Prejuízo líquido do período	17.f	-	-	-	(77.051)	-	(77.051)
Variação no valor justo dos investimentos	11.a	-	-	-	-	194.444	194.444
Tributos s/variação no valor justo dos investimentos	15	-	-	-	-	(66.111)	(66.111)
Saldo em 31 de março 2026		3.631.226	(2.057.562)	(5)	(627.746)	361.985	1.307.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de Caixa

31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

		MGI	
	Notas	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		(77.051)	(94.625)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		9	9
Provisão/reversão de perdas de direitos creditórios autônomos	7.c	14.976	9.345
Resultado de ajustes a valor justo	21	(57.328)	(9.987)
Perda na participação societária	11	408	(124)
Encargos financeiros de contrato de opções	19	148.036	116.096
Custo de transação a amortizar	19	101	101
Variação monetária líquida		12.318	12.720
Provisão para demandas judiciais	14	-	-
Provisão para IRPJ/CSLL	15	-	6.377
		41.469	39.912
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto jscp e dividendos)	7	(32.553)	(27.480)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	(179)	(216)
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	199.042	163.044
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	(9.888)	(5.941)
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	-	(14)
(Aumento)/Diminuição de imóveis para venda		-	-
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		(59)	(17)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		24	94
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		64	6
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		(2.242)	2.579
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	13	(8.098)	35.232
Recebimentos de créditos autônomos	7.c,g	3.095	2.321
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	12	(30.644)	(27.546)
Amortizações de debêntures 5ª emissão	12	(24.076)	(24.076)
Amortização do contrato de opções flexíveis	19	(148.036)	(116.096)
		-	-
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		(12.081)	41.802
Aquisições imobilizado/intangível		-	(22)
Caixa usado em atividades de investimento		-	(22)
Integralização de capital	17	-	-
Caixa proveniente de atividades de financiamento		-	-
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(12.081)	41.780
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		141.116	144.368
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		129.035	186.148
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(12.081)	41.780

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos valores adicionados

31 de março de 2026 e 31 de março de 2025

(Em milhares de Reais)

	MGI	
	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de serviços	441	465
Receitas de recuperação de créditos	737	33.934
Receitas de atualização de crédito	1.216	1.290
Outras receitas	98	362
Receitas	2.492	36.051
Custos dos produtos e serviços vendidos	-	-
Custos processuais	(111)	(354)
Serviços tomados de terceiros	(356)	(4.074)
Despesas administrativas	(177)	(231)
Perda/Recuperação de valores ativos	(14.976)	(9.345)
Insumos adquiridos de terceiros	(15.620)	(14.004)
Valor adicionado bruto	(13.128)	22.047
Depreciação e amortização	(9)	(9)
Valor adicionado líquido	(13.137)	22.038
Resultado de ajustes a valor justo	57.328	9.987
Receitas de participações acionárias	39.552	32.644
Reversão de provisão de perdas em participações acionárias	(408)	124
Provisão para demandas judiciais	-	-
Receitas financeiras	9.704	11.727
	106.176	54.482
Valor adicionado total a distribuir	93.039	76.520
Remuneração direta	2.166	2.034
Benefícios	482	450
FGTS	136	138
Pessoal	2.784	2.622
Remuneração direta	398	373
FGTS	32	19
Diretoria e conselhos	430	392
Federais	5.054	13.417
Estaduais	-	-
Municipais	24	70
Impostos, taxas e contribuições	5.078	13.487
Alugueis	77	80
Obrigação por repasse	48	24.352
Despesas financeiras	2	5
Juros	13.534	14.010
Custo de transação de debêntures	101	101
Encargos Financeiros com Opções	148.036	116.096
Remuneração de capitais de terceiros	161.798	154.644
Resultado do período	(77.051)	(94.625)
Remuneração de capitais próprios	(77.051)	(94.625)
Distribuição do valor adicionado	93.039	76.520

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de março de 2026
(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (“SEDE”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;

- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia.

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$11.866 em 31 de março de 2026, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 65.127.272 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4) (vide nota 11), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 91.170.895 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse
- Nota 14 – Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor são avaliados coletivamente para possibilitar a constatação de qualquer perda no valor.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma subconta dos recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.d).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a Secretaria de Estado da Fazenda SEF/MG. Para os contratos de alienação de imóveis, celebrados com a SEF e outras Instituições Públicas, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe um percentual sobre o resultado obtido.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

g. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “*valuation*”. Técnicas de “*valuation*” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (Nota 11).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2025	50.286	(33.199)	17.087
31/03/2026	60.042	(48.176)	11.866

b. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	3	9
Aplicações financeiras	129.032	141.107
	<u>129.035</u>	<u>141.116</u>

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Aa1 e Aaa, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras vinculadas à:		
Convênios	a. 17.380	15.113
Resultados Créditos Bemge	b. 23.628	22.449
Debêntures	c. 50.866	253.354
Circulante	91.874	290.916

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- Aplicações financeiras vinculadas ao programa de convênios.
- Resultados das recuperações de créditos em liquidação cedidos pelo Bemge à companhia não repassados aos acionistas ex-Bemge.
- Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

	31/03/2026	31/12/2025
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a. 324	144
JCP/Dividendos a receber	3	3
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b. 494	345
Outras contas a receber – diversos	276	265
Créditos a recuperar	14	13
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c. 5.100	6.456
Contas a receber do EMG	g. 306	1.835
Contas a receber - Credit Suisse	f. 155.215	122.806
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e. 459.866	394.489
Circulante	526.356	526.356
Outras Contas a receber – diversos	380	397
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c. 6.766	10.631
Ajuste DCA – Carteira Ativa x Rompidos	h. (4.072)	6.033
Créditos a receber - Goes Cohabita	d. 5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d. (5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e. 689.799	788.978
Não Circulante	692.873	806.039
Total	1.314.871	1.332.395

- a) Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em partes relacionadas no valor de R\$324 com a Copasa.
- b) Saldo em aberto em 31 de março de 2026 com o EMG referente a contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) e Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico (“SEDE”) no valor de R\$494.
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 foi quitada em janeiro de 2023 após ter sido objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão.

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de março de 2026.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	saldo em 31/12/2025	Movimentação	Baixa Efetiva de Créditos	Varição de AVJ e impairment	Atualização	Recebimentos	Contas a Receber do EMG	Ajuste DCA – Carteira Ativa x Rompidos	Saldo em 31/03/2026
Circulante	6.456	256	-	-	-	(1.260)	(306)	-	5.146
Não Circulante	43.830	(256)	-	-	1.216	-	-	10.105	54.896
Impairment	(33.199)	-	-	(14.976)	-	-	-	-	(48.176)
Totais	17.087	-	-	(14.976)	1.216	(1.260)	(306)	10.105	11.866

No exercício encerrado em 31 de março de 2026, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$306 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$1.835 em 31/12/2025). Esses valores são transferidos para a rubrica contas a receber do EMG (nota 7.g), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

Com a liquidação das debêntures de segunda emissão, a segregação da composição dos valores dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, e rompidos está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS		
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR	
Vencidos, mas não rompidos		221
A vencer		
Até 12 meses.		4.879
de 12 a 24 meses		4.327
de 24 a 36 meses		4.490
de 36 a 48 meses		3.319
de 48 a 60 meses		3.026
Após 60 meses		7.365
Total do valor nominal atualizado		27.627
Direitos Creditórios Rompidos (1)		32.415
Perda Efetiva – Write Off (2)		-
Impairment acumulado (3)		(48.175)
Total		11.866

- (1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.
- (2) Baixa permanente de créditos cujo último pagamento tenha ocorrido há mais de 5 anos. Considerando que estes créditos já estavam reconhecidos no resultado da Companhia como perda no valor recuperável seu registro não afeta o patrimônio e resultado da Companhia.
- (3) Perda no valor recuperável da carteira representada pela diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de março de 2026.

- d) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, visando anular a operação de alienação citada. A ação popular deu origem aos processos judiciais nº 7344228-80.2005.8.13.0024 proposto pela Góes contra a Companhia, nº 0761072-14.1995.8.13.0024 e 0217879-64.1999.8.13.0024 proposto pela Companhia contra a Góes. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião. Em meados de fevereiro de 2022 a ação teve seu trânsito em julgado e foi determinado o desfazimento da alienação do Banco. As informações detalhadas envolvendo a ação popular e demais processos vinculados estão mencionados na nota explicativa 14.b.
- e) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 91.170.895 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações.

Em janeiro de 2026, ocorreu o vencimento da 14ª tranche das opções de compra e venda. Com isso, deveria haver a devolução de 18.234.171 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 33º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI devido aos anúncios de Distribuição de Juros sobre Capital Próprio em dezembro de 2025 (3.738.439 ações), resultando em 14.495.732 ações CMIG4 devolvidas a MGI.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 91.170.895 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2025	Quantidade de ações em 31/03/2026	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2025 (R\$)	Cotação em 31/03/2026 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2025	Empréstimos e devoluções	Ganho/ Perda de Valor Justo(R\$)	Valor Justo em 31/03/2026
CEMIG	105.666.627	105.666.627	11,20	12,61	1,41	1.183.467	-	148.990	1.332.456
		(14.495.732)	5,965	12,61	6,645	-	(86.467)	(96.324)	(182.791)
Totais		91.170.895				1.183.467	(86.467)	52.666	1.149.665
Circulante		36.468.432							459.866
Não circulante		54.702.553							689.799

- f) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$155.215, referem-se a juros sobre capital próprio deliberados pela Cemig correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos em parcelas semestrais.
- g) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. Estes valores serão repassados à MGI de forma imediata. Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, foi repassado a MGI, pelo EMG, o valor de R\$1.835 (R\$1.113 em 31/12/2025).
- h) O Ajuste de DCA trata-se de reduções/aumentos no valor dos direitos creditórios autônomos (nota 7.c) ocasionado pela transição de créditos da carteira ativa para créditos da carteira de rompidos e ao contrário. Este ajuste é mantido em conta de longo prazo e sua realização ocorre periodicamente.

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios por ação da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de março de 2026:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	18.580.484	1,4279	MGI	Credit Suisse	18.580.484	2,914
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	18.580.484	1,4279	MGI	Credit Suisse	18.580.484	2,914
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	18.580.484	1,4279	MGI	Credit Suisse	18.580.484	2,914
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	18.580.484	1,4279	MGI	Credit Suisse	18.580.484	2,914
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	18.580.526	1,4279	MGI	Credit Suisse	18.580.526	2,914
TOTAL			92.902.462				92.902.462	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em dezembro de 2025, a Cemig anunciou aos acionistas distribuição de juros sobre capital próprio, gerando um aumento de 3.738.439 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

No mês de janeiro de 2026, com o vencimento da décima quarta tranche das opções flexíveis de compra e de venda e preço médio da ação (no valor de R\$11,09) superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$2,969), motivou a Companhia efetuar o pagamento no valor total de R\$148.036 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$8,12 multiplicado pela quantidade de 18.234.171 opções. Com o vencimento da tranche, a Companhia deveria receber a devolução de empréstimos de ações efetuados a quantidade de 18.234.171 ações da CMIG4, porém, deveria emprestar também a quantidade de 3.738.439 ações CMIG4, conforme mencionado no parágrafo acima. Dessa forma, foi ajustado entre as partes por meio do trigésimo terceiro aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações que a Companhia receberia a diferença entre empréstimos e devoluções. Tal transação ocasionou o retorno de empréstimo de 14.495.732 ações CMIG4.

Em março de 2026, após anúncios de dividendos e juros sobre capital próprio pela Cemig gerou a necessidade de emprestar mais 1.732.567 ações CMIG4 ao BICS, em cumprimento ao disposto na cláusula 6 do Contrato de Hedge.

A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade %	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
13/07/2026	23.154%	-	18.580.484	-	9,32	18.580.484	173.096
12/01/2027	23.154%	-	18.580.484	-	8,72	18.580.484	162.022
12/07/2027	30,631%	-	18.580.484	-	8,21	18.580.484	152.501
12/01/2028	30,631%	-	18.580.484	-	7,75	18.580.484	144.026
12/07/2028	29,028%	-	18.580.526	-	7,36	18.580.526	136.710
TOTAL			92.902.462	-		92.902.462	768.355
Circulante				-	335.118		
Não Circulante				-	433.237		

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2025	AVJ (nota 21)	31/03/2026
Opções de Venda	-	-	-
Opções de Compra	773.017	(4.662)	768.355

9 Tributos a compensar

	31/03/2026	31/12/2025
Tributos a compensar - IRPJ	a 20.572	6.314
Tributos retidos	b 9.097	13.612
Ativo Circulante	29.669	19.926
Tributos a compensar - IRPJ	a 8.017	7.871
Ativo Não Circulante	8.017	7.871
Total	37.686	27.797

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, em exercícios anteriores, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP não compensados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. O saldo remanescente será restituído e ou compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, no exercício findo em 31 de março de 2026, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

	31/03/2026	31/12/2025
Cível (a)	806	806
Total	806	806

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Cemig	Copasa	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	Total
Saldos em 31/12/2025	729.425	20.375	19.721	1.527	7.195	19	5	778.267
Devolução de ações emprestadas(i)	86.467	-	-	-	-	-	-	86.467
AVJ Devolução de ações emprestadas (i)	96.234	-	-	-	-	-	-	96.324
Ajuste a Valor Justo do exercício	91.829	6.393	-	(104)	-	-	1	98.119
Impairment	-	-	(408)	-	-	-	-	(408)
Saldos em 31/03/2026	1.004.045	26.768	19.312	1.423	7.195	19	6	1.058.769

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 14.495.732 ações CMIG4 à MGI.

Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações, seja por deliberação de dividendos ou por vencimento da 14ª, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.e..

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de março de 2026 está representado por 79.623.004 ações preferenciais da Cemig (68 ações livres e 79.622.936 ações bloqueadas por garantia), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 74.871 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das Demonstrações Financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado.

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e GERDAU S.A., e resultado negativo na COPASA conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2025	Quantidade de ações em 31/03/2026	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2025 (R\$)	Cotação em 31/03/2026 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2025	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/03/2026
CEMIG	65.127.272	65.127.272	11,20	12,61	1,41	729.425	-	91.829	821.554
CEMIG (i)		14.495.732	5,9650	12,61	6,645	-	86.467	96.324	182.791
COPASA	463.920	463.920	43,92	57,70	13,78	20.375	-	6.393	26.768
GERDAU	74.871	74.871	20,39	19,00	(1,39)	1.527	-	(104)	1.423
Totais						751.327	86.467	194.442	1.032.237

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas bonificações de ações e empréstimos adicionais, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

Cemig – Livres
 Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão
 Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.e)

31/03/2026	31/12/2025
68	68
79.622.936	65.127.204
91.170.895	105.666.627
170.793.899	170.793.899

12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de março de 2026 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2025	Movimentação	Atualização	Amortização Principal	Amortização juros	Saldo em 31/03/2026
Debêntures 5ª emissão (a)						
Passivo circulante	76.632	24.075	13.635	(24.076)	(30.644)	59.623
Passivo não circulante	286.596	(24.075)	-	-	-	262.520
Total	363.228	-	13.635	(24.076)	(30.644)	322.143

a. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 35.549.210 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

Cláusulas Contratuais restritivas – Convenants

Existem cláusulas de evento de avaliação para casos de descumprimento de obrigação, seja pecuniária ou não, em que os debenturistas se reúnem para decidir sobre o vencimento antecipado da operação ou aplicação de outras penalidades. As obrigações relacionadas aos convenants estão listadas abaixo:

- Obrigações pecuniárias
 - i. Reforço de garantia, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após o Índice de Cobertura (IC) tornar-se inferior a 155%, para que o IC seja equivalente a, no mínimo, 160%;
 - ii. Pagamento das tranches das opções semestrais, nas mesmas datas de pagamento dos juros e amortização das debêntures.
- Obrigações não pecuniárias
 - i. Efetuar o empréstimo de ações, conforme o Contrato de Hedge, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação feita pelo Credit; bem como os ajustes e aditamentos dos contratos da operação das debêntures;
 - ii. Não aperfeiçoamento das garantias nos prazos e condições previstos nos contratos vinculados à garantia.
- Demais obrigações
 - i. Inadimplemento da MGI de qualquer obrigação pecuniária cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$60 (sessenta) milhões não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data original para pagamento;
 - ii. Redução de capital social da MGI, exceto (i) se aprovado previamente pelos debenturistas; ou (ii) quando tiverem por único objetivo (ii.a) liquidação de convênios celebrados entre a MGI e o Estado de Minas Gerais com o objetivo de viabilizar o aporte de recurso pelo Estado na MGI; ou (ii.b) absorver prejuízo, até o montante dos prejuízos acumulados; ou (iii) pro forma a redução de capital, a relação entre a dívida e o patrimônio líquido da MGI não seja superior a 200% tomando como base as demonstrações financeiras recentes, ajustadas, pelos efeitos subsequentes ocorridos desde a data base das demonstrações financeiras;
 - iii. Protesto legítimo de títulos contra a MGI cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$60 (sessenta) milhões, exceto se (i) protesto efetuado por erro ou má-fé; (ii) protesto cancelado; (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo;

As cláusulas contratuais restritivas são acompanhadas e monitoradas pelo setor responsável da Companhia de maneira que sejam atendidas e evitando eventos de avaliação. Todas as cláusulas foram cumpridas de forma consistente até a data destas informações financeiras.

13 Obrigações por repasses

		31/03/2026	31/12/2025
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	6.298	12.735
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	167	3.045
Créditos de terceiros	c.	416	443
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	b.	320	254
Outras obrigações CP		249	283
Outras obrigações LP	d.	23.942	22.730
		31.392	39.490
Circulante		7.450	16.760
Não Circulante		23.942	22.730

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração.
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- Trata-se de resultados da recuperação de créditos do extinto Banco Bemge cedidos à MGI e não repassados para os ex-acionistas minoritários devido a não procura destes por seu direito ao recebimento, mesmo após a Companhia publicar semestralmente o direito ao recebimento.

14 Provisão para demandas judiciais

a. Provisionados

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, entende que a provisão para contingência de honorários de sucumbência fixados em Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, que determinou a anulação da alienação do controle acionário do Banco Agrimisa, é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes da decisão. Da mesma forma, a opinião legal obtida demonstra que outras decisões definitivas em processos vinculados não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

A provisão refere-se à ação de execução provisória de honorários advocatícios nº 0914360-98.2003.8.13.0024, proposta nos autos da Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, cuja decisão determinando o desfazimento da transação transitou em julgado em meados de fevereiro de 2022. A Companhia analisa a possibilidade de propositura de medida judicial juntamente com as demais partes sucumbentes com a finalidade de reverter a decisão judicial. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios de sucumbência, cujo valor atualizado até a data dessas Demonstrações Financeiras é de R\$11.994 conforme fator de correção monetária da CGJ/TJMG.

- Trata-se de provisão para honorários de sucumbência em ação proposta pela Companhia em cobrança de créditos em liquidação cedidos à MGI pelo Banco Bemge nos autos da execução nº 0047110-98.1996.8.13.0324. A condenação dos honorários foi fixada em 10% sobre o valor executado, porém encontra-se em grau recursal. A assessoria Jurídica da Companhia entende que o risco de perda é provável e o valor dos honorários atualizados é de R\$ 934.

Abaixo apresentamos quadro com movimentação das provisões para demandas judiciais provisionadas:

Processo nº	Saldo em 31/12/2025	Adições		Reduções		Saldo em 31/03/2026
		Provisões	Atualizações	Pagamentos	Reversões	
0914360-98.2003.8.13.0024	11.994	-	-	-	-	11.994
0047110-98.1996.8.13.0324	933	-	-	-	-	933

b. Não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação do Conselho Gestor, os principais processos judiciais e administrativos da Companhia, avaliados como perda possível, estão abaixo relacionados. Nenhuma provisão contábil foi constituída em relação a esta classificação de acordo com as normas CPC e IFRS.

b.1. Processos Cíveis

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. A decisão determinando o desfazimento da venda do Banco transitou em julgado em meados de fevereiro de 2022. Todavia, ainda não foi determinado cumprimento de sentença. Nesse caso, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-d). O valor atualizado da causa é de R\$207.966, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas Demonstrações Financeiras. Este valor não será desembolsado por nenhuma das partes, independentemente do resultado do processo, pois refere-se ao valor da alienação atualizado, o qual não foi quitado pela Góes Cohabita. O processo teve seu trânsito em julgado no qual foi sentenciado o desfazimento da alienação e retorno do controle acionário do Banco para MGI. Como o objetivo da ação popular era apenas o cancelamento da alienação do Banco, ou seja, o retorno das ações para a MGI, não há provisões a realizar para o processo em questão. Porém, a ação popular foi base para surgimento de outros processos, um proposto pela Góes Cohabita Participações contra a Companhia (7344228-80.2005.8.13.0024), cuja perda é considerada possível, e outros dois propostos pela Companhia contra a Góes (0761072-14.1995.8.13.0024 e 0217879-64.1999.8.13.0024).

O processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização por perdas e danos, manteve a condenação da MGI no pagamento das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 228.330, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 569.183 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 38.316. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação.

b.2. Processos Tributários

- A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 18.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria confissão de dívida tributária e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal. Em outubro de 2022 a Companhia teve sua manifestação indeferida e foi lavrado auto de infração por Auditor da RFB autuando a Companhia no recolhimento da diferença de alíquota nas contribuições para PIS e COFINS, conforme já mencionado acima, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019. O montante da autuação foi de R\$12.269. O processo está em andamento para julgamento de recurso voluntário apresentado pela Companhia ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado possível em 31 de março de 2026 (possível em 31 de dezembro de 2024).

15 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(77.052)	(88.248)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(26.204)	(30.010)
Receita de dividendos	(3)	(36)
Encargos Financeiros com opções	-	39.473
Provisão/Reversão para perda de investimentos	139	(42)
Reversão de Impairment Direitos creditórios	5.092	314
Perda Efetiva – baixa de créditos autônomos (i)	-	2.863
Ajuste a valor justo (ii)	(19.492)	(3.396)
Provisão para demandas judiciais	-	-
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	-	(2.752)
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	(38)
Tributo diferido não constituído	40.468	-
Total Imposto de renda e contribuição social	-	6.376
Alíquota Efetiva	0,00%	(*)
Base de cálculo positiva/(negativa - Prejuízo Fiscal) (a)	(119.024)	18.753

(*) O cálculo da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é o valor do imposto de renda somado a contribuição social divididos pelo resultado contábil. Como a Companhia apurou prejuízo líquido contábil antes da apuração dos tributos o valor da alíquota efetiva não apresenta uma informação objetiva ou sugestiva.

- i) Baixa de direitos creditórios autônomos (nota 7.c.). São consideradas perdas indedutíveis por se tratar de créditos cedidos e controlados por parte relacionada;
- ii) Ajustes a valor justo referente às ações emprestadas (nota 7.e) e opções flexíveis de compra e venda de ações (nota 8).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de março de 2026 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$34.606, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	546.056	245.411
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	136.514	61.352
Contribuição social (9%)	49.145	22.087
Passivo fiscal diferido	185.659	83.439

Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2025	119.548
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2025	
	119.548
Outros Resultados Abrangentes	
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	194.444
Contribuição social (9%)	48.611
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	17.500
	66.111
Passivo fiscal diferido – 31 de março de 2026	
	185.659

16. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

		31/03/2026						
		Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos								
Circulante:			5.900	-	-	324	-	6.225
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a;b;c;g	5.900	-	-	324	-	6.225	
Não Circulante:			2.694	-	-	-	-	2.694
Contas a receber	7. c.h	2.694	-	-	-	-	2.694	
Passivos								
Circulante			487	-	-	-	-	487
Obrigações por Repasse	13.b.d	487	-	-	-	-	487	

				31/03/2026					
				Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas			441	39.283	-		218	-	39.942
Serviços Prestados	18		441	-	-		-	-	441
Participações Acionárias	18.c		-	39.283	-		218	-	39.501
Impairment	11		-	-	(408)		-	-	(408)
Outros Resultados Abrangentes	11		-	188.153	-		6.393	-	194.546

		31/12/2025						
		Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Ativos								
Circulante:			9.526	-	-	146	-	9.672
Contas a receber, JCP e Dividendos		7.a;b;c;g	9.526	-	-	146	-	9.672
NÃO Circulante:			28.561	-	-	-	-	28.561
Contas a receber		7. b.h	28.561	-	-	-	-	28.561
Passivos								
Circulante			2.861	-	-	-	-	2.861
Obrigações por Repasse		13.b.d	2.861	-	-	-	-	2.861

			31/03/2025					
			Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Codemge	Total
Receitas			465	32.300	-	237	-	33.002
Serviços Prestados	18		465	-	-	-	-	465
Participações Acionárias	18.c		-	32.300	-	237	-	32.537

Impairment	11	-	-	129	-	-	129
Outros Resultados Abrangentes	11	-	17.024	-	(496)	-	16.528
				31/03/2025			

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	31/03/2026	31/03/2025
Diretoria		240
Conselho de Administração		79
Honorários		319

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em abril de 2025, por meio de assembleia de acionistas do BDMG, foi deliberado a transferência do investimento do BDMG na companhia por meio de dação em pagamento de proventos de participação acionária. Dessa forma o BDMG transferiu para o Estado de Minas Gerais a totalidade de suas ações na companhia (165.323 ações ordinárias) aumentando a participação do acionista majoritário. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/03/2026		Posição em 31/12/2025	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Acionistas				
Estado Minas Gerais	574.349.721	99,9845%	574.184.398	99,9557%
BDMG	-	-	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%	574.438.888	100,0000%

Em 31 de março de 2026, seu capital social subscrito é de R\$3.631.226, sendo este capital social totalmente integralizado.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.228.705 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de

R\$828.857 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.228.705 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de março de 2026 é R\$1.573.664 (R\$1.573.664 em 31 de dezembro de 2024).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	31/03/2026	31/03/2025
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439
Resultado do exercício	(61.758)	(94.624)
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(107,51)	(164,72)

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/03/2026 e 31/03/2025, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

18. Receitas

		31/03/2026	31/03/2025
Receitas de serviços		441	465
Receitas de recuperação de créditos	a	737	33.934
Receitas de atualização de créditos	b.	1.216	1.290
Receita de participação acionária	c.	39.551	32.644
Receitas de vendas de imóveis		-	-
Impostos sobre serviços (ISS)		(20)	(20)
PIS/COFINS		(3.756)	(5.874)
Receita Total		38.169	62.439

- a. As receitas de recuperação de créditos são provenientes da cessão de créditos dos extintos Bancos do Estado de Minas Gerais, Bemge e Credireal. Até 31 de março de 2026, R\$737 referem-se a créditos do Bemge (R\$33.934 em 31/03/2025).
- b. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- c. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Cemig - parte relacionada	39.283	32.300
Copasa - parte relacionada	218	237
Gerdau	7	44
Bemge	43	63
Total	39.551	32.644

19. Custos

		31/03/2026	31/03/2025
Pessoal		925	867
Obrigações por repasse (NE 13.a)		48	24.352
Serviços de terceiros		197	3.661
Custas judiciais		111	355
Juros sobre debêntures	a	13.534	14.010
Encargos financeiros com opções	b	148.036	116.096
Amortização de custos de transação		101	405
Custos dos imóveis vendidos	c	-	-
Demais custos		19	151
Custos Total		162.971	159.593

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures de 5ª Emissão.
- b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).
- c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

20. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	8.903	11.247
Receitas de atualização de créditos tributários	801	479
Juros Ativos	-	-
PIS/COFINS	(506)	(605)
		11.121
Despesas Financeiras		
IOF	(195)	-
Outras despesas	(1)	(4)
		(4)
Resultado Financeiro Líquido	9.002	11.117

21. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Ajustes a valor justo			
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig emprestadas	7.e	52.666	(162.199)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	-	1
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	4.662	(172.185)
		57.328	9.987

22. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital destinados a repasses aos convênios, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$143.082 até 31 de março de 2026. O valor restante de R\$75.724, foi desvinculado da destinação para programa de convênio e passou a ser vinculado ao aporte para destinação de cumprimento das obrigações com os encargos flexíveis de opções conforme Reunião do Conselho de Administração número 001/2024.

A MGI, no primeiro trimestre de 2025, apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$370. Considerando as devoluções recebidas e efetuadas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que resultaram no valor de R\$6.558 no período, a variação líquida foi negativa em R\$6.188, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.190,630 em 31 de dezembro de 2025 para R\$1.184.442 em 31 de março de 2026.

	31/12/2025	Movimentação			31/03/2026
				Repasse / Gastos com Fisc. Monit.	
Secretarias	Saldo final	Rendimentos	Devoluções		Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.128	-	(3)	-	5.125
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.903	-	-	-	1.903
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.714	-	(2)	-	89.712
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.618	-	-	-	14.618
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.120	-	-	-	20.120
Secretaria de Estado de Infraest. e Mobilidade – SEINFRA	1.015.843	370	(6.548)	-	1.009.665
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.404	-	(5)	-	34.399
Sec. Est. Governo – SEGOV	5.300	-	-	-	5.300
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	-	3.600
	1.190.630	370	(6.558)	-	1.184.442

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de março de 2026, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	54	27.423
Vencidos com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	612	410.272
Vencidos com prestação de contas em análise na MGI	136	569.960
Decididos aprovados ou aprovados com ressalva	660	212.797
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	19	21.505
Aguardando decurso de prazo para apresentação	22	19.758
Reprovada	1	350
Enviado para baixa contábil – convênio anteriormente em tomada de contas especial	2	450
Extinto sem repasse de recurso	15	-
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.262.515
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		202
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		9.757
(+) Correção monetária de Convênio – Medida Judicial		100
(-) Devoluções Recebidas e efetuadas		(88.132)
(=) Saldo de Convênios em 31/03/2026		1.184.442

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.
- d)

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos. ”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas Demonstrações Financeiras, conforme apresentado abaixo:

	31/03/2026	Ajuste	31/03/2026 Divulgado		31/03/2026	Ajuste	31/03/2026 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	136.137	(44.263)	91.874	Obrigações por repasse - convênios	1.228.705	(1.228.705)	-
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	2.498.587	(1.184.442)	1.314.145	Outros	2.634.353	-	2.634.353
Outros	1.228.334	-	1.228.334				
Total do ativo	3.863.058	(1.228.705)	2.634.353	Total do passivo e PL	3.863.058	(1.228.705)	2.634.353

	31/12/2025	Ajuste	31/12/2025 Divulgado		31/12/2025	Ajuste	31/12/2025 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	328.992	(38.076)	290.916	Obrigações por repasse - convênios	1.228.705	(1.228.705)	-
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	2.522.877	(1.190.629)	1.332.248	Outros	2.572.960	-	2.572.960
Outros	949.796	-	949.796				
Total do ativo	3.801.665	(1.228.705)	2.572.960	Total do passivo e PL	3.801.665	(1.228.705)	2.572.960

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações

quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações Financeiras.

No exercício findo em 31 de março de 2026, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

A fim de assegurar a fidedignidade das Demonstrações Financeiras, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável.

(i) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.d

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(ii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iii) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.e e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros					
Ativo	Posição em 31/03/2026	Posição em 31/12/2025	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	1	1	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	5	21	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	127.263	129.752	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	42.763	48.893	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	12	11	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	50.866	253.354	Banco Credit Suisse Brasil	AAA	Ficht
Opções Flexíveis de Venda	-	-	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	AAA	Ficht
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.149.665	1.183.467	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.370.574	1.615.499			

Atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Exercício findo em 31/03/2026						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de	3 a 12	1 a 5	> 5 anos	Total
		3 meses	Meses	Anos		
Fornecedores e outras contas a pagar	372	-	-	-	-	372
Debêntures 5ª Emissão	-	-	59.623	167.119	95.401	322.143
Obrigações por repasse	1.450	-	6.000	23.942	-	31.392
Contrato de opções flexíveis	-	-	335.118	433.238	-	768.356
Total	1.822	-	400.741	624.299	95.401	1.122.263

Exercício findo em 31/12/2025						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de	3 a 12	1 a 5	> 5 anos	Total
		3 meses	Meses	Anos		
Fornecedores e outras contas a pagar	348	-	-	-	-	348
Debêntures 5ª Emissão	52.556	-	24.076	167.119	119.477	363.228
Obrigações por repasse	10.760	-	6.000	22.730	-	39.490
Contrato de opções flexíveis	149.163	-	139.932	483.922	-	773.017
Total	212.827	-	170.008	673.771	119.477	1.176.083

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções

flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. A Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relativo a alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. Risco relacionado ao mercado de capitais

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. Risco relacionado à taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das Demonstrações Financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras	129.032	141.107
Aplicações financeiras vinculadas	68.247	268.468
Total de direitos creditórios (a)	11.866	17.087
Debêntures	(322.143)	(363.228)
Saldo líquido de exposição	(112.998)	63.434

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros

já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de março de 2026, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	4.139	8.277
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		14,75	18,31	21,98

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 02 de abril de 2026, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 12,25%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 1,39% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de março de 2026, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,0135%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/03/2026	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL (%)
Cemig	1.004.046	6.627	0,5067
Copasa	26.768	177	0,0135
Cemig Emprestadas	1.149.665	11.497	0,8790
Gerdau	1.423	9	0,001

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de pagamentos pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a

receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				12,61	15,76	18,92
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de março de 2026	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/07/2026	18.580.484	2,914	173.096	7.060	65.589	124.303
Tranche vincenda em 13/01/2027	18.580.484	2,914	162.022	18.134	76.663	135.377
Total			335.118	25.194	142.252	259.680
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de março de 2026	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/07/2026	18.580.484	1,42	-	-	-	-
Tranche vincenda em 13/01/2027	18.580.484	1,42	-	-	-	-
Total			-	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de março de 2026, o capital de terceiros representa 101,42% do Patrimônio Líquido da Companhia (104,75% em 31 de dezembro de 2025).

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/03/2026	%	31/12/2025	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		13.429	1,0	24.894	1,9
Opções Flexíveis de Compra	8	335.118	25,3	289.095	22,0
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	59.623	4,5	76.632	5,8
Subtotal Passivo Circulante		408.170	30,8	390.621	29,7
Passivo Operacional (*)		209.601	15,8	142.278	10,8
Opções Flexíveis de Compra	8	433.238	32,7	483.922	36,8
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	262.520	19,8	286.596	21,7
Provisão para demandas judiciais	14.a	12.926	1,0	12.927	1,0
Subtotal Passivo não circulante		918.285	69,2	925.723	70,3
Passivo Total		1.326.455	100,0	1.316.344	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento

empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	385.715	385.715	580.959	580.959
Caixa e equivalente de caixa	129.035	129.035	141.116	141.116
Títulos e valores mobiliários	91.874	91.874	290.916	290.916
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	152.940	152.940	131.840	131.840
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	11.866	11.866	17.087	17.087
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.149.665	1.149.665	1.183.467	1.183.467
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.149.665	1.149.665	1.183.467	1.183.467
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.058.767	1.058.767	778.267	778.267
Outros investimentos	1.058.767	1.058.767	778.267	778.267
Passivo Financeiro ao custo amortizado	353.907	353.907	403.066	403.067
Fornecedores	372	372	348	348
Obrigações por repasse	31.392	31.392	39.490	39.491
Debêntures	322.143	322.143	363.228	363.228
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	768.355	768.355	773.017	730.555
Contratos de opções flexíveis	768.355	768.355	773.017	730.555

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após foram mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse** – as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/03/2026	Valor justo em 31 de março de 2026	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.e	1.183.467	1.183.467	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	751.327	751.327	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	26.940	-	26.940
		1.961.734	1.934.794	26.940

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas Demonstrações Financeiras, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas. (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	31/03/2026	31/12/2025
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	533	533
TOTAL	3.533	3.533

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Conselho de Administração

Claudio Politi – Presidente
Felipe Afonso Costa – Vice-Presidente
José Marcus Diniz Ferreira Júnior – Membro
Sergio Augusto Furtado Mello – Membro
Marco Antônio Vieira Gomes - Membro
Gabriela Martins Durães Brandão – Membro
Carolina Rocha Vespúcio - Membro

Diretoria Executiva

Gustavo Fonseca Nogueira - Diretor-Presidente
Danielle Cristine de Faria - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores
Helton Junio da Silva - Diretor de Negócios

Contador responsável

Jefferson Lucas de Melo
CRC/MG 110.042/O-8